



I. Campanhas

REPRESENTANTES DEVEM DEBATER PROPOSTAS PARA O CALENDÁRIO DE LUTAS DA APEOESP

As reuniões de Representantes (RE/RA) que se realizam nesta terça-feira, 18/02, devem debater a situação atual da nossa categoria e definir os próximos passos da campanha salarial e educacional da APEOESP/2014.

O XXIV Congresso Estadual da APEOESP definiu como eixo do Plano de Lutas da entidade o seguinte lema “*Qualidade de ensino pressupõe: aplicação da jornada do piso, valorização dos profissionais da educação, condições de aprendizagem para os estudantes e democracia nas escolas.*”

Assim, nossas lutas prioritárias no momento estão centradas na implantação da jornada do piso, reajuste salarial e aumento real de salários, fim da precarização da contratação dos professores da categoria O e condições de trabalho para todos, carreira que atenda a nossas necessidades (tendo como parâmetro a LC

444/85), fim do assédio moral, gestão democrática nas escolas e, também, o fim do fechamento de classes no noturno.

Em relação à questão salarial, cálculos preliminares do DIEESE estimam que necessitaremos de um reajuste de 17% para repor nossas perdas acumuladas até junho de 2014. O reajuste previsto para julho de 2014 é de 7%. O Secretário da Educação afirma que a questão salarial está sendo estudada pelo governo, bem como a implementação da jornada do piso.

Frente a este quadro, a Diretoria da APEOESP, que esteve reunida nos dias 1º (Estadual) e 13 de fevereiro (Executiva), decidiu encaminhar para o debate as seguintes propostas:

a) **Salários** – reposição das perdas (de acordo com os estudos do DIEESE) e aumento real de salários, de forma a equiparar nossos vencimentos com aqueles percebidos por profissionais com formação em nível superior.

b) Continuar a pressão sobre a SEE pela implantação da jornada

do piso e, ao mesmo tempo, prosseguir com a ação judicial no STF, em Brasília.

c) Adesão à **paralisação** convocada pela CNTE (17, 18 e 19 de março), de acordo com a seguinte programação:

Dia 17/03 – **aulas públicas** nas regiões, denunciando as políticas do governo e as reivindicações da categoria e da comunidade.

Dia 18/03 – **atos nas DREs** contra o fechamento de classes do noturno.

Dia 19/03 – **ato estadual contra fechamento de classes no noturno e pela dignidade na contratação dos professores**

Neste processo, massificar convocação para a assembleia a ser convocada e que definirá os próximos passos do movimento, discutindo a realização ou não de uma greve da categoria. As reuniões de representantes devem, portanto, discutir propostas de datas para esta assembleia. Devem, também, debater se é oportuno a continuidade da greve, por tempo indeterminado, a partir dos três dias de paralisação

convocados pela CNTE.

Atenção para algumas questões que também devem ser contempladas nas discussões e lutas que realizaremos no próximo período:

a) Fechamento de classes no noturno é uma “reorganização silenciosa” da rede estadual de ensino e deve ser combatida

Está em curso na Rede Estadual de Ensino de São Paulo um processo generalizado e silencioso de fechamento de classes de ensino médio no período noturno.

Ao recusar as matrículas de alunos no período noturno em determinadas unidades, o Estado deixa-os muitas vezes sem alternativas, pela inexistência de outras unidades escolares em seus bairros. Desta forma, obriga-os a deslocarem-se para unidades bem mais distantes. Isto é um desestímulo à escolarização, considerando-se os já altos índices de evasão no ensino médio. O governo, assim, torna os atuais estudantes em potenciais candidatos à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Por outro lado, em muitas regiões a única alternativa oferecida são as escolas de tempo integral, praticamente forçando o estudante a nela se matricular. Nós, da APEOESP, defendemos a educação em tempo integral, mas nossa concepção difere profundamente do

projeto que vem sendo aplicado pela Secretaria Estadual da Educação, a começar pelo método utilizado. Para nós, o ensino em tempo integral é uma proposta a ser construída com ampla participação da comunidade. É uma escolha, uma opção, e não uma imposição do Estado.

No afã de demonstrar dados que supostamente justificariam o fechamento de classes noturnas, alguns dirigentes de ensino tem orientado os diretores a não anotar a demanda, ou seja, a não permitirem que os pais deixem registrados nas escolas

O que a Secretaria da Educação vem fazendo é uma verdadeira “reestruturação silenciosa” da Rede Estadual de Ensino. Na forma, ela difere daquela realizada pela então Secretária Rose Neubauer em 1995, que separou escolas de 1ª a 4ª séries das de 5ª séries em diante e ensino médio, com o objetivo de facilitar a municipalização do ensino. Na essência, porém, elas são idênticas, pois são impostas por medida de força do Estado, sem dar chance à comunidade de debater o assunto.

Lembramos que a reestruturação comandada pela ex-Secretária Rose Neubauer foi traumática, causou inúmeros problemas às famílias que mantinham filhos de idades diferentes nas mesmas unidades escolares (e que foram separados e algumas vezes remetidos para escolas bem mais distantes) e, no entanto, isto em nada contribuiu para a melhoria da

qualidade do ensino. A “reestruturação silenciosa” que está sendo feita tende a repetir este fracasso.

Por isto, temos que nos opor, denunciar à Sede Central as escolas que estão realizando este fechamento e, assim, “estadualizar” esta luta, que tem sido encaminhada ainda pontualmente.

b) Regime de Dedicção Plena e Exclusiva

APEOESP luta, historicamente, para que o professor tenha condições de trabalho nas escolas e para que sua carreira seja estruturada de tal maneira que possa dedicar-se exclusivamente a uma unidade escolar, desenvolvendo ali um trabalho que possa produzir resultados cada vez melhores ao longo dos anos.

Ora, não é possível ao professor dedicar-se a uma escola se seus vencimentos não são suficientes para prover suas necessidades e de sua família. Com os atuais salários e da forma como está estruturada a nossa carreira, os professores terminam por ter que se desdobrar em mais de uma escola. Quando permanecem na mesma unidade, outros fatores, além dos baixos salários, interferem, entre eles a falta de condições de trabalho, autoritarismo, assédio moral etc.

Hoje, na rede, o que existe é a Gratificação por Dedicção Plena e Integral, aplicada nas escolas de tempo integral implementadas pelo Governo Estadual. Trata-se de uma concepção divergente da nossa, pois queremos Regime de Dedicção Plena e Exclusiva para

toda a categoria, não como uma exceção vinculada a um projeto específico, mas como a regra vigente na Rede Estadual de Ensino, obviamente preservando-se o direito de opção do professor.

Devemos manter viva esta discussão, com o objetivo a perseguir e nortear nossas lutas e campanhas, pois, para nós, a dedicação a uma unidade escolar, para além do aspecto profissional, é condição importante para a qualidade do ensino.

SUBSÍDIOS PARA O DEBATE

Após as conquistas da greve de 2013 (veja quadro a seguir), a APEOESP iniciou o ano de 2014 com vitórias e avanços importantes para a nossa categoria.

É importante, no debate, registrar que a luta do Sindicato não é restrita a uma época ou a questões específicas, mas é permanente e abarca o conjunto de questões que afetam os professores e a escola pública.

A segunda questão a registrar é que a mobilização e, sobretudo, a greve, tem como motor o engajamento de cada um dos professores e das professoras, mas a direção do Sindicato, os conselheiros e os representantes têm um papel insubstituível no processo.

Uma discussão madura, portanto, nos conduzirá a decisões que correspondem melhor aos anseios da categoria. Desta forma, é preciso considerar o desenvolvimento de nossas lutas,

o que foi conquistado, e o que é preciso ainda conquistar.

a) Direito de escolha, assédio moral e gestão democrática

A primeira delas foi a liminar que garantiu aos professores o direito de escolha na atribuição de aulas. Embora o juiz tenha revisto sua decisão (mas o mérito da ação ainda não foi julgado), a liminar produziu seus efeitos na fase inicial da atribuição e não há reversão possível. Além disso, o próprio juiz sugere aos professores que venham a ter problemas para escolher suas aulas que ingressem com ações individuais.

O direito de escolha tem um alcance que vai além da atribuição de aulas. Ele contém elementos que remetem à gestão democrática das escolas e ao combate ao assédio moral, uma campanha permanente da APEOESP. Ao permitir que o professor conteste eventuais imposições dos diretores de escola e escolha suas aulas, fortalecemos, na verdade, o trabalho coletivo na unidade escolar, a participação dos professores na gestão do projeto político pedagógico e a qualidade do ensino.

Os professores não devem intimidar-se com o assédio moral. O exemplo vem da própria Presidente da entidade, professora Maria Izabel Azevedo Noronha, que registrou queixa junto à Secretaria Estadual de Educação sobre o comportamento autoritário da direção da escola na qual é lotada,

em Piracicaba. O caso está sendo apurado. Todo professor e professora que se sentir assediado/a deve entrar em contato com sua subsede, onde poderá obter orientações do departamento jurídico sobre os procedimentos a adotar. Pode, ainda, ligar para o telefone 11.33506214.

b) Redução da quarentena e novas opções de aulas para os professores da categoria O

Após a manobra do governo, que inseriu no projeto de lei que veio a se tornar a lei complementar 1215/2013 dispositivo que impunha à parte dos professores da “categoria O” o afastamento de 200 dias até a assinatura de novo contrato, a APEOESP ingressou com ação judicial para que todos pudessem ter direito ao afastamento reduzido de 40 dias, conforme havia sido acordado no final de greve de 2013. Obtivemos liminar e, diante do recurso do Estado, a liminar foi confirmada pelo Juiz. O mérito da ação ainda será julgado.

Na realidade, a luta da APEOESP é pelo fim de toda e qualquer “quarentena” e para que os professores da categoria O possam ter os mesmos direitos dos professores da categoria F até que sejam aprovados em concurso público.

Há ação coletiva da APEOESP que contesta todo o arcabouço da LC 1093/2009 e posteriores,

mas o seu mérito ainda não foi julgado.

Novas oportunidades de aulas

Um número expressivo de professores da categoria O foi aprovado no concurso público para PEB II (veja tópico), mas existem hoje na rede mais de 50 mil profissionais que pertencem a este segmento.

Com o ingresso de novos professores, via concurso, professores da categoria poderão perder suas aulas. A APEOESP, sempre preocupada em preservar a atuação destes colegas na rede estadual de ensino, já vinha insistindo junto à SEE para que lhes fossem oferecidas alternativas.

A alternativa existe: trata-se do Projeto de Apoio à Aprendizagem. São aulas disponíveis aos professores das categoria F e O, de acordo a seguinte proporção:

- escolas com até 10 classes – 1 professor
- escolas com 11 a 20 classes – 2 professores
- escolas com 21 a 30 classes – 3 professores
- escolas com mais de 31 classes – 3 professores.

Os professores devem informar-se junto às DREs, onde serão feitas as inscrições.

Pagamento de férias e devolução de descontos indevidos

Neste mês de fevereiro conquistamos mais duas importantes vitórias judiciais.

O Tribunal de Justiça confirmou a sentença de 1º grau em ação da APEOESP para determinar o pagamento das férias aos docentes da antiga categoria “L”, pois estes professores não receberam as férias no mês de janeiro de 2012, após a dispensa e extinção da referida categoria.

O governo poderá ou não recorrer ao Supremo Tribunal Federal. A APEOESP ingressará com pedido de execução da sentença. Será de execução provisória se o governo recorrer e de execução definitiva, caso o governo não recorra.

Também foi julgada procedente a ação que trata do desconto da categoria “O”, relativo ao período de 17 a 31/12/2011, pois houve a extinção do contrato a partir do dia 17/12, mas o Estado pagou até o dia 31/12. Depois, eles descontaram esses dias.

A APEOESP entrou com a ação para suspender os descontos e devolver os valores eventualmente descontados. Essa sentença está sujeita a recurso e a ser encaminhada para o Tribunal de Justiça.

Quanto ao pagamento das férias dos professores da categoria O relativas a 2013 e aos contratos que se encerraram em 2013, o pagamento está previsto pra fevereiro, mas a Secretaria da Fazenda ainda não divulgou a data.

Programa Escola da Família

De acordo com a SEE, 167

professores da categoria O estão sendo desligados do programa Escola da Família por imposição legal. Entretanto, isto deveria ter sido feito em dezembro, conforme admite a própria Secretaria, para dar oportunidade a esses professores de participarem das atribuições de aulas.

Caso a SEE não reverta a decisão, a APEOESP ingressará com ação judicial para preservação de direitos destes profissionais.

c) Conquista da nossa greve, o concurso de PEB II já convocou 21,5 mil professores

A APEOESP defende os concursos públicos como a forma de ingresso de professores na rede pública estadual. Admitimos professores temporários, contratados de forma digna e com garantia de direitos, em número nunca superior a 10% do total, para substituições temporárias em casos de licenças, aposentadorias e eventualidades. Estes professores devem ser também contemplados, de forma específica, na carreira do Magistério.

Após termos conquistado, em 2009, o decreto que estabeleceu a periodicidade máxima de 4 anos entre concursos, nossa greve colocou a necessidade de uma concurso para oferecer oportunidade de efetivação para grande número de professores temporários e estáveis (catego-

ria F). Assim foi conquistado o maior concurso público da história da rede estadual de ensino, com 59 mil vagas (Lei Complementar 1207/2013), mais de 330 mil inscritos e mais de 116 mil aprovados. Mais de vinte mil candidatos já foram chamados e outros 39 mil serão chamados ainda em 2014.

Entre os candidatos já convocados, mais de 4 mil pertencem à categoria O e mais de 2 mil à categoria F. Um projeção que tome como parâmetro esses números indica uma expressiva participação destes segmentos no total de aprovados e na totalidade dos 59 mil cuja convocação já está decidida.

A APEOESP publicará nos próximos dias instruções claras e precisas sobre os procedimentos que cada candidato, sobretudo os sete mil novos ingressantes, deverá tomar para a posse e para o início de suas aulas, em março.

PEB I

A SEE confirmou que haverá concurso para PEB I em 2014.

Por outro lado, a SEE acaba de informar aos professores PEB I que devem cumprir jornada de 25 horas semanais de trabalho e não mais de 24, com uma hora de carga suplementar compulsória. A decisão, tomada já com o ano letivo em andamento, prejudica os professores em acúmulo de cargos, com carga suplementar e na função de professor auxiliar.

A APEOESP ingressará com

ação judicial para preservar os direitos destes professores.

d) Aposentadorias

Um problema que tem afligido os professores e professoras é a demora na expedição da liquidação de tempo para aposentadoria. Há casos em que os processos chegam a se arrastar por um ou dois anos.

A APEOESP vem pressionando a SEE e a SPPrev para que solucione o problema. Após várias promessas, entrou em funcionamento um novo sistema que permite à escola alimentar diretamente a SPPrev com os dados do professor.

Agora, é preciso resolver os sete mil processos que se acumulam nas diretorias de ensino. A APEOESP solicitou à SEE que reenca minhe os processos às escolas, para que possam digitar os dados diretamente no novo sistema, agilizando os procedimentos.

e) IAMSPE: contra o projeto do governo

Juntamente com as demais entidades do funcionalismo, durante a audiência pública realizada na Assembleia Legislativa no dia 11/02, a APEOESP reafirmou posição contrária à minuta de projeto de lei proposto pelo Executivo estadual que transforma o IAMSPE (Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual) em autarquia de regime especial.

Promovido pelo Conselho Consultivo Misto do IAMSPE (CCM), o debate reuniu dezenas de entidades representativas do funcionalismo – entre elas, a APEOESP. Todos os representantes de entidades que discutiram foram unânimes: a minuta do projeto contém uma série de problemas que podem prejudicar tanto o funcionalismo do Instituto quanto os usuários, servidores públicos.

Uma comissão formada por dez representantes das entidades já preparou um relatório sobre a minuta do Executivo e deverá elaborar uma proposta, tendo como referência o projeto de lei 74/99, do ex-deputado Jamil Murad.

CONQUISTAS DA GREVE E DA LUTA DOS PROFESSORES

- Fim do caráter eliminatório da prova exigida dos professores da chamada “categoria O” (Lei Complementar 1215/2013).
- A quarentena será de 40 dias, ou seja, não mais será de 200 dias. Continuamos lutando para que não haja mais quarentena e que os professores da “categoria O” tenham os mesmos direitos da “categoria F” – Lei Complementar 1215/2013).
- Os professores da “categoria O” poderão obter aulas do Projeto de Apoio à Aprendizagem (PAA).
- Direito de atendimento médico pelo IAMSPE aos professores da “categoria O”

(parte integrante do projeto de Lei Complementar sobre o IAMSPE elaborado pelo governo). Queremos que este item seja destacado em projeto próprio.

- Nossa greve impediu a privatização do IAMSPE. Agora lutamos contra a sua transformação em autarquia especial, que pode abrir caminho para a privatização de seus serviços, no todo ou em parte.
- O maior concurso público da história da rede estadual de ensino, com 39 mil vagas (Lei Complementar 1207/2013), mais de 330 mil inscritos e

mais de 116 mil aprovados. Mais de vinte mil já foram chamados e outros 39 mil serão chamados ainda em 2014.

- A SEE informou que haverá concurso para PEB I em 2014.
- A curso da Escola de Formação deixa de ser parte do concurso e passa a compor o estágio probatório, sem caráter eliminatório. (Lei Complementar 1207/2013).
- Direito de remoção a todos os professores, inclusive em estágio probatório (Lei Complementar 1207/2013).
- Direito de receber 30 dias de licença prêmio em pecúnia,

para todos (Lei Complementar 1208/2013).

- Possibilidade de aumento do percentual de reajuste em 2014. O governo informou que o assunto está em estudos.
- O governo afirma estar estudando a implantação paulatina da jornada do piso. Não vamos desistir desta luta. Continuamos nos mobilizando e prosseguimos com a ação judicial no Supremo Tribunal Federal, em Brasília.
- Pagamento dos dias parados e retirada das faltas da greve mediante reposição de aulas.

II. Informes

a) CNTE

A CNTE convoca mobilização nacional para os dias 17, 18 e 19 de março. Trabalhadores em educação vão parar o Brasil para exigir o cumprimento da lei do piso, carreira e jornada, investimento dos royalties de petróleo na valorização da categoria, votação imediata do Plano Nacional de Educação, destinação de 10% do PIB para a educação pública e contra a proposta dos governadores, que prevê o reajuste do piso com base no desempenho do INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor).

A mobilização foi anunciada

pelo presidente da CNTE após, ao arripio da Lei, o Ministério da Educação orientar a atualização do piso em 8,32%, com a publicação, no dia 18/12 do ano passado, por meio da Portaria Interministerial nº 16 (DOU, pág. 24), da nova estimativa de custo aluno do Fundeb para 2013, a qual serve de referência para a correção do piso salarial do magistério em 2014.

b) CUT

A CUT São Paulo realiza dois eventos em homenagem ao Professor Carlos Ramiro de Castro, o Carlão, ex-presidente da APEO-

ESP, falecido no dia 5 de setembro de 2013: em homenagem aos 30 anos da Central, a I Copa de Futsal Prof. Carlos Ramiro, e dentro da programação de 1º de Maio 2014, o 1º Concurso de Fotografia Prof. Carlos Ramiro.

As inscrições para a Copa de Futsal encerraram-se em 14 de fevereiro. A competição é reservada aos associados a sindicatos filiados à CUT.

Já o Concurso de Fotografia terá como tema “O Trabalho Decente” e vai receber inscrições de fotógrafos amadores e profissionais até o dia 22 de março. Mais informações no site www.cutsp.org.br